

**40° ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS**

**ST18 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E FRONTEIRAS:  
POLÍTICAS, SOCIABILIDADES, TERRITÓRIOS E  
RECONFIGURAÇÕES IDENTITÁRIA**

**IMIGRAÇÃO, FRONTEIRAS SIMBÓLICAS E  
RECONFIGURAÇÃO IDENTITÁRIA**

**MARCELO ALARIO ENNES<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Professor Associado da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Departamento de Ciências Sociais (DCS) e Programa de Pós Graduação em Sociologia (PPGS/UFS). Grupos de Estudos e Pesquisa “Processos Identitários e Poder” (GEPPIP). E-mail: prof.marcelo.ennes@gmail.com

Resumo:

O objetivo geral desse *paper* consiste em analisar as relações entre fluxos migratórios, produção de fronteiras e as reconfigurações identitárias em três contextos diferentes dos últimos 150 anos. Centrei a análise em torno da questão imigratória, sua importância na produção e redefinição de fronteiras simbólicas ao redefinir as relações de pertencimento e alteridade. Procurei situar as reflexões a partir das leituras de obras acadêmicas e documentos oficiais sobre diversidade, multiculturalismo e interculturalismo. No que se refere à realidade contemporânea privilegiei as dinâmicas migratórias em Portugal e na Espanha. Como resultado, observa-se que a concepção de diversidade variou entre a desigualdade, o direito e formas ambivalentes nas quais concepções essencializadas e despolitizadas não inviabilizam novas configurações culturais e políticas e a ampliação de noções e práticas de direitos. Esse processo passou por diferentes combinações entre fronteiras externas, entre Estados Nacionais, e as fronteiras simbólicas internas.

Palavras-chave: Imigração, fronteiras simbólicas, identidades.

O que faz certas pessoas estranhas e, por isso, irritantes, enervantes, desconcertantes e, sob outros aspectos, ‘um problema’, é – vamos repetir – sua tendência a obscurecer e eclipsar as linhas de fronteira que devem ser claramente vistas. Em diferentes épocas e em diferentes situações sociais, as fronteiras que devem ser vistas mais claramente do que outras. (BAUMAN, 1998, p. 37/38)

## Introdução

O presente artigo é parte dos resultados do projeto de pesquisa “Processos identitários, imigração e cirurgias plásticas: produção da diferença e/ou da desigualdade no contexto da interculturalidade”, desenvolvido durante meu estágio de pós-doutoramento entre agosto de 2013 e dezembro de 2014 junto ao Centro de Estudos sobre Migrações e Relações Interculturais – CEMRI, Universidade Aberta, Portugal sob a supervisão da Professora Doutora Natalia Ramos.

A ideia geral desse artigo consiste em analisar a dinâmica identitária nos últimos 150 na qual se observam mudanças no sentido e significado da diversidade cultural e das redefinições da ideia das fronteiras simbólicas produzidas e redefinidas pela presença do imigrante. Centrei a análise em torno da questão imigratória e de sua capacidade de produzir fronteiras a partir de relações de estranhamento e alteridade.

Procurei aqui sistematizar parte de minhas reflexões que resultaram, sobretudo, das leituras sobre diversidade, multiculturalismo e interculturalismo cujas obras estão situadas em um campo interdisciplinar formado, sobretudo, mas não exclusivamente, por sociólogos, antropólogos e psicólogos sociais. Com base nessas leituras, parto da hipótese segundo a qual, nesse período, as mudanças quanto a entendimento da diversidade estão, principalmente, relacionadas às transformações observadas na correlação de forças e na distribuição de poder entre atores sociais tais como empresários e imigrantes, movimentos sociais e, também, decorrem das mudanças da capacidade dos Estados Nacionais em produzirem identidades. As mudanças sobre o entendimento sobre a diversidade seria, ao mesmo tempo, produto e produtora do processo de redefinição de fronteiras nacionais e simbólicas.

Como resultado, em termos gerais, o artigo demonstra que a ideia de diversidade variou entre a construção da diferença como desigualdade, no período compreendido entre o fim do século XIX e início do século XX, passando pela fase entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o fim da Guerra Fria, na qual a diferença passa a ser

defendida e garantida como direito para, na fase seguinte, que se estende até os dias atuais, produzir concepções grupistas, essencializadas e despolitizadas da diversidade, o que, no entanto, não inviabiliza a emergência de novas configurações culturais e políticas capazes de ampliar as noções e práticas de direitos em contextos fortemente marcados por fluxos migratórios. Desse modo, observa-se um processo caracterizado pela fragilização das fronteiras externas e criação e fortalecimento das fronteiras internas dos Estados nacionais.

### **Diversidade como desigualdade e fortalecimento das fronteiras nacionais**

O período compreendido entre 1850 e 1939 é caracterizado por inúmeras e profundas transformações. Esse é o período da consolidação da modernidade. Nele, por exemplo, ocorre a chamada Segunda Revolução Industrial, quando os meios de comunicação (telégrafo e telefone) e de transporte (motores de combustão interna e ferrovias), são igualmente revolucionados. A Alemanha e a Itália concluem o processo de unificação de sua constituição como Estado Nacional e, em consequência a elevação ao status de potências emergentes. Nessa fase do capitalismo consolida-se o domínio europeu sobre a África e Ásia. É palco da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa. Finalmente, é nesse período em que ocorrem grandes fluxos migratórios para as Américas provenientes da Europa e Ásia. Entre 1881 e 1912 cerca de 31 milhões de imigrantes chegaram ao Brasil. Na passagem do século XIX para o XX a América foi o destino principal de imigrantes europeus e asiáticos.

Nesse período, a partir de uma representação do homem como branco, proprietário e heterossexual, construíam-se identidades fortemente centradas que serviam para a produção de hierarquias entre sexos, raças, Estados Nacionais e culturas. Por sua vez, as primeiras décadas do século XX, período de emergência da sociedade de massas, que no campo da subjetividade coincide com a fase de transição do sujeito soberano para o sujeito sociológico Essa mudança alterou a centralidade do “eu”, antes considerado acima e independente da sociedade, passa a ser entendido como fruto e produto das interações sociais (HALL, 2002).

Esse é o período denominado por Bauman de “sólida era moderna” (BAUMAN, 2005). Trata-se de uma era fortemente marcada pela centralidade do Estado

Moderno, de suas claras, rígidas e disputadas fronteiras e de seu poder de produção de identidades. O estabelecimento de fronteiras externas bem delimitadas, claras e rígidas foi uma das prerrogativas do Estado Nação e isso assumiu especial dramaticidade no final do século XIX e início do século XX. A consolidação dos Estados Nacionais no continente americano e as unificações da Alemanha e Itália são exemplos desse processo que atingi seu ponto mais crítico com a eclosão da Primeira Grande Guerra, uma guerra entre novos e velhos “Estados Nacionais.

Nesse sentido, ao passo em que se observou o fortalecimento das fronteiras externas, operou o apagamento ou, mesmo, a eliminação de fronteiras internas. A institucionalização de idiomas nacionais contra dialetos, ou idiomas de imigrantes, bem como a criação de mecanismos que visavam a assimilação do estrangeiro<sup>2</sup> e do estrangeiro, funcionou, por sua vez, no sentido do apagamento ou eliminação das fronteiras internas. Esse processo ratifica a produção da diversidade como negativa, algo a ser eliminado.

### **Diversidade como direito e a internalização de fronteiras simbólicas**

De várias formas, o fim da Segunda Guerra dá início a um período de gestação da morte da modernidade e o nascimento da pós-modernidade. Do ponto de vista econômico, o capitalismo financeiro passa por uma importante modificação em razão da quase unanimidade quanto à necessidade de intervenção do Estado na economia, seja para equilibrar o mercado, seja para promover o bem-estar da população. Nesse período ocorre a organização do Estado Providência, mas, também, sua crise e seu desmonte.

Foi nesse contexto que a diferença passa a ser um direito, um direito muitas vezes positivado sob a forma de lei e conquistado, sobretudo, pelos movimentos sociais. A produção do outro, da alteridade, deixa, assim, de ter forte identificação com a desigualdade tal como existiu no início do século XX. Foi uma era em que, não obstante

---

<sup>2</sup> Ampla e interessante abordagem sobre o “estranho” RAMOS, Olga Sabido. **El cuerpo como recurso de sentido em la construcción del extraño: una perspectiva sociológica**. Madrid/Ciudad de México: Sequitur/Azcapotzalco, 2012.

não terem sido universalizados, o direito tornou-se referência no campo político e ideológico.

A questão imigratória passa, também, ao longo desse período por mudanças. Ao mesmo tempo em que os fluxos migratórios dos países europeus e do Japão em direção às Américas foram reativadas, observa-se o início do processo de descolonização da África e Ásia. É essa a origem da migração de vários países da Ásia e África. Para ilustrar, podemos tomar o exemplo de Portugal. A Revolução dos Cravos, por exemplo, em 1974 colocou o fim à ditadura de Salazar e aos domínios coloniais que o país ainda mantinha na África e na Ásia. A partir de então Portugal passou a receber um número considerável de portugueses retornados e seus filhos e parentes que nasceram e viveram nas antigas colônias.

O período compreendido entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o fim da Guerra Fria é pleno de significados no que diz respeito ao tema da diversidade e das fronteiras. Nesses anos não apenas muitos dos fluxos migratórios existentes até a eclosão do conflito são restabelecidos. Mas, ao lado dessa “continuidade”, o que poderia ser chamado de padrão migratório, houve o início de uma nova modalidade e de um novo sentido para esse fluxo. Trata-se, como vimos, dos fluxos provenientes das ex-colônias da África e da Ásia<sup>3</sup> em direção a Europa.

Verifica-se, assim o início de uma inversão no sentido fluxo no status dos países envolvidos. Antes os imigrantes partiam da Europa para outros continentes, a partir de então, os países europeus tornaram-se o destino de homens e mulheres de outros países de outras regiões do mundo. De países de emigração, passaram a ser de imigração. Somado às forças desestabilizadoras sobre os Estados Nacionais (BAUMAN, 1999), essa dinâmica começou a afetar significativamente a relação entre fronteiras externas e fronteiras internas. Se os fluxos de capital, informações e bens passaram a colocar em xeque a soberania dos Estados Nacionais, os imigrantes, ainda aos poucos, recoloca a questão das fronteiras internas que terá no entendimento da diversidade como direito um forte aliado para sua redefinição.

---

<sup>3</sup> Esses fluxos também passaram a se estender para as regiões, em especial América Latina, nas décadas de 1980 e 1990, período de intensa crise econômica nessa região em contraste com a fase de crescimento econômico de Portugal e Espanha, suas antigas metrópoles.

## **Multi/interculturalismo e as fronteiras descentradas**

O terceiro e último período abordado nesse artigo é o que se inicia com o fim da Guerra Fria e se estende até os dias atuais. Como os anteriores, é um período de grandes e profundas transformações no campo da geopolítica, da organização capitalista da produção, dos padrões e normas de comportamento, dos fluxos migratórios e, para ficarmos nos aspectos privilegiados no artigo, na produção da diversidade. Processo que resultou no aprofundamento da desestabilização dos estados nacionais produzidas, como já vimos, tanto por forças internas como externas.

O fim da Guerra Fria deu origem a uma outra organização geopolítica para o globo. A globalização materializa a nova fase de expansão do capital integrando financeiramente o mundo e produzindo e/ou aprofundando as distâncias e desigualdades sociais entre o centro e a periferia do sistema. O período é pleno de ressurgimento de identidades comunais (CASTELLS, 1993) e nacionais que haviam sido aglutinadas e silenciadas sob os Estados Nacionais na Europa, na África e na Ásia. A Guerra dos Bálcãs, que devolveu à região o desenho territorial do início do século XX, trouxe de volta à Europa a guerra e o genocídio.

Desse modo, a atual fase da história, caracterizada pela combinação das influências do fim da Guerra Fria, da Globalização e da emergência da sociedade de consumo, observou-se uma nova correlação de forças em torno da produção da diversidade cultural. De um modo geral, pode-se dizer que essa realidade passa pelo embate analítico e político entre multiculturalismo e interculturalismo.

Multiculturalismo e interculturalismo são noções polissêmicas e constituem, elas mesmas, um campo de disputa. Pode-se pensar suas relações de proximidade e distanciamento, basicamente, de dois modos. a) como, se não idênticas, semelhantes e, b) como expressões de duas diferentes concepções sobre diversidade. No que diz respeito à primeira possibilidade vale lembrar a interpretação de Meer e Mooded para o multiculturalismo, que ao contrário do que diz seus críticos (HALL, 2009, GUSMÁN, 2001, CANCLINI, 2007) não representa políticas assistencialista, grupistas e relativistas. Os autores lembram os exemplos do Canadá e Austrália que em diferentes períodos implementaram políticas multiculturais de integração nas quais defendeu-se o modelo de mútua integração. Isto é, indígenas, imigrantes e nacionais incorporam reciprocamente elementos culturais. Essas políticas de integração teriam em vista a

produção de uma cultura e de uma nacionalidade como resultado de negociações e trocas culturais mútuas. Isto é, uma cultura não é assimilada pela outra, mas ambas produzem uma nova cultura. Para os autores, o multiculturalismo já tinha, portanto, muito do que o interculturalismo, como veremos, apresenta como novo.

Há, por outro lado, interpretações que diferenciam multi do interculturalismo<sup>4</sup>. Essa distinção tem como base a crítica sinalizada acima. Para alguns autores os limites do multiculturalismo estão associados à perspectiva liberal de sociedade que atribui ao indivíduo plena liberdade de escolha no processo de adesão identitária (HALL, 2009) e por outro, atua na contramão daquilo que diz produzir, isto é, desagregação multiétnica e a negação do pluralismo (GUSMÁN, 2001). Críticas como essas estão na base da defesa do interculturalismo não apenas como diferente do multiculturalismo, mas, também, com maior potencial político, analítico e cultural. Para Canclini, (2007), por exemplo, o interculturalismo seria capaz dar de visibilidade e inteligibilidade às relações culturais e de poder que são ao mesmo tempo marcadas pela diferença e pela desigualdade. Para o autor:

[...] a intensificação da interculturalidade favorece intercâmbios, misturas maiores e mais diversificadas do que em outros tempos; por exemplo, gente que é brasileira por nacionalidade, portuguesa pela língua, russa ou japonesa pela origem, e católica ou afroamericana pela religião. Essa variabilidade de regimes de pertença desafia mais uma vez o pensamento binário a qualquer tentativa de ordenar o mundo em identidades puras e oposições simples. É necessário registrar aquilo que, nos entrecruzamentos, permanece diferente. (CANCLINI, 2008, p.XXXIII)

São essas as chaves, multiculturalismo e interculturalismo que recolocam o sentido e o significado da diversidade no mundo contemporâneo e, portanto, nos oferecem pistas para pensar as fronteiras simbólicas produzidas pela imigração e pelos imigrantes. Isto é, se pensarmos por meio da ideia de multiculturalismo aqui criticada, a imigração é um fator de produção e fortalecimento de fronteiras simbólicas internas. A imigração, configura-se como um outro marcador identitário, ao lado na etnia, sexualidade e gênero, que, sobrepostas ou não dariam origem, ao processo de entrincheiramento e guetização às custas de espaços e tempos comuns e públicos. Por outro lado, olhando pela perspectiva oferecida pela definição de interculturalidade dada por Canclini, o que se observa é um calendoscópio no qual hierarquização e transgressão

---

<sup>4</sup> Outras importantes abordagens sobre interculturalismo pode ser encontradas em RAMOS (2007a, 2007b, 2008a, 2008b, 2010, 2011 2013a), ROMERO (2003), INNERARITY (2003), SAMPEDRO, LLERA (2003), BERRY (2013).



social não se excluem. As fronteiras são móveis, porosas e fluídas, mas elas permanecem cumprindo seu papel de não apenas separar, mas hierarquizar indivíduos e grupos sociais. Esse é um fenômeno geral e atinge toda a sociedade e o faz de modo especial com os imigrantes.

## **Conclusão**

A análise dos últimos 150 anos demonstra que a produção e a percepção da diversidade produzida pela imigração e pelo imigrante resultou em diferentes noções de diversidade e de fronteira simbólica. No primeiro período, os imigrantes viveram sob uma condição secundarizada seja economicamente, seja em função de teorias que explicavam a diversidade a partir de perspectivas centradas em hierarquias sociais e raciais como a eugenia, a frenologia São essas as normas que produziram as ideias de imigrantes desejados e imigrantes não desejados. A diversidade era algo para ser eliminado e a diferença deveria ser homogeneizada a partir das concepções hierárquicas e hierarquizantes. Como responsáveis por reforçarem a diversidade no seio dos estados nacionais, o destino dos imigrantes era ser integrado, quando não possível, cercados e controlados e, se mesmo assim se mantivessem como ameaça, eliminados. Nesse primeiro período, a diferença foi produzida, sobretudo, como desigualdade. As fronteiras, por sua vez, tornam-se rígidas e claras quando se trata das que demarcam os Estados Nacionais e, como complementos, são apagadas ou atenuadas quando se trata das que se referem as que separavam internamente sua população seja no que diz respeito ao idioma, cultura, nacionalidade e outros marcadores identitários.

No segundo período, em grande parte como resultado das atrocidades infringidas contra os diferentes, até então vistos como inferiores, há mudanças significativas no campo normativo. Os fluxos migratórios, entre eles os produzidos pelo processo de descolonização da África e Ásia, voltaram a fazer parte do cenário mundial. No campo econômico, paralelamente, o capitalismo se consolidava sob a forma financeira e a emergência da Guerra Fria deu origem ao Estado Providência capitalista que garantiu um conjunto significativo de direitos e de bem-estar aos trabalhadores que viveram sob sua “proteção”. As mudanças normativas mais importantes vieram do campo científico e das formas de organização política. No primeiro caso, produziu-se

uma revisão profunda das teses sobre a diversidade cultural por meio da qual se combateu o etnocentrismo e se propagou o relativismo cultural. No segundo, a emergência dos chamados novos movimentos sociais renovou na forma e no conteúdo as práticas políticas e as demandas por novos direitos.

Nesse período, observou-se, como vimos, um duplo movimento quanto aos fluxos migratórios. De um lado, ocorreu a retomada dos antigos fluxos, em especial, em direção às Américas. Por outro, teve início a uma dinâmica migratória com sentido geográfico invertido, isto é, originária de áreas de colonização recentemente libertadas em direção ao velho mundo. É, também, por consequência, nessas décadas o início de um processo de redefinição das fronteiras entre e intra os Estados Nacionais. As forças globalizadoras já começam a se fazer sentir, desestabilizando a soberania dos Estados Nacionais e, ao mesmo tempo, tem início o processo de ressurgimento de identidades e fronteiras comunais, muitas delas produzidas pela imigração e pelo imigrante.

O multiculturalismo, por sua vez, se revelaria altamente ambivalente. O artigo demonstrou, nesse sentido, que o multiculturalismo serviu de referência para a elaboração e implementação de políticas de integração dos imigrantes por caminhos distintos e críticos em relação ao assimilacionismo predominante do período anterior e, também, representou um novo caminho para a construção de fortalezas identitárias, agora habitadas inclusive por grupos não hegemônicos, o que aponta para os excessos do relativismo cultural que marcou o período.

Por fim, no terceiro período, em meio ao giro político resultante do aumento da centralidade do consumo, seja no campo econômico, seja no político ou no cognitivo, a intensificação de fluxos migratórios para regiões onde têm sido implementadas políticas de integração multiculturais, portanto, em contextos fortemente marcados pela diversidade, tem ampliado as possibilidades da combinação entre diferenças e desigualdades. Nesse contexto no qual, por um lado, as formas “grupistas” e despolitizadas de multiculturalismo se fortalecem, por outro, o interculturalismo, seja como chave analítica, seja como expressão de novas práticas de integração apontam para o alargamento dos territórios físicos e simbólicos da interseção e trocas culturais com grandes potenciais para a produção de novos direitos e para uma cidadania transnacional que podem expressar novas configurações da diversidade sob uma cidadania transnacional.

Como resultado da globalização as fronteiras são definitivamente modificadas. Novos desenhos geopolíticos, como a União Europeia, redefini atribuições, tais como padrão monetário e aparato legal-normativo, até então tidas como características dos Estados Nacionais. Nesse caso o enfraquecimento das fronteiras é aprofundado. Do mesmo modo, é aprofundada a tendência fronteiras internas como as comunais e étnicas sejam elas revitalizadas a partir de dentro com grupos já existentes e silenciados nas fases anteriores, seja em consequência do intenso fluxo migratório observado no período.

## Referências

BAUMAN, Zygmunt. Depois da Nação-estado, o quê? In: \_\_\_\_\_. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 63 – 84.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998

BERRY, J. W. Intercultural Relations in Plural Societies: Research Derived from Multiculturalism Policy. **Acta de Investigación Psicológica**, v. 3, n. 2, p. 1122 -1135. 2013.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GUSMÁN, H. C. La sociedad multiétnica. Pluralismo, multiculturalismo y extranjeros, de Giovanni Sartori. **Sociológica**. Año 16, número 47, p. 279 – 286. Sept./Dec.2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** 7. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

INNERARITY, D. Políticas de la identidad. In: SAMPEDRO, Victor, LLERA, Mar (eds.). **Interculturalidad: interpretar, gestionar y comunicar**. Barcelona: EdicionsBellaterra, 2003. p. 69 – 80.

MEER, N., MODOOD, T. How does interculturalism contrast with multiculturalism. **Journal of Intercultural Studies**. V. 33, n. 2. Apr/2012. p. 175 - 196

RAMOS, N. (coord.). **Educação, Interculturalidade e Cidadania**. Bucareste: Milena Press, 2008b.

RAMOS, N. (org.). **Saúde, Migração e Interculturalidade**. João Pessoa: EDUFPB, 2008a.

RAMOS, N. Educar para a interculturalidade e cidadania: princípios e desafios. In: L. ALCOFORADO et al. **Educação e Formação de Adultos**. Políticas, Práticas e Investigação. Coimbra: Ed. da Universidade de Coimbra, pp. 189-200, 2011.

RAMOS, N. Interculturalidade e alteridade: dinâmicas, contextos e políticas. In.: SERAFIM, José Francisco, TOUTAIN, Lídia Brandão, GEFROY, Yannick. **Perspectivas em informação visual**. Salvador, BA: EDUFBA, 2010. p. 27- 56.

RAMOS, N. Interculturalidade(s) e mobilidade(s) no espaço europeu: viver e comunicar entre culturas. In: Pina, H., Martins, F., Ferreira, C. (eds). **The overarching issues of the european space: strategies for spatial (re)planting based on innovation, sustainability and change**. Bucarest: Milena Press, pp. 343-360. Ebook, 2013a.

RAMOS, N. Interculturalidade, Educação e Desenvolvimento. O caso das crianças migrantes. In Rosa BIZARRO (org.). **Eu e o Outro. Estudos Multidisciplinares sobre Identidade(s), Diversidade(s), e Práticas Interculturais**. Porto: Areal Editores, 2007a, p. 367-375.

RAMOS, N. Migração, aculturação e saúde. In.: \_\_\_\_\_. RAMOS, Natália (org.). **Saúde, migração e interculturalidade**. João Pessoa: Editora UFPB, 2008.

RAMOS, N. Sociedades multiculturais, interculturalidade e Educação: Desafios pedagógicos, comunicacionais e políticos. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, Coimbra, Universidade de Coimbra, Ano 41-3, 2007b, pp. 223-244.

RAMOS, Olga Sabido. **El cuerpo como recurso de sentido em La construcción de lestraño: uma perspectiva sociológica**. Madrid/Ciudad de México: Sequitur/Azcapotzalco, 2012.

ROMERO, C. G. Pluralismo, interculturalismo e interculturalidad. Propuesta de clarificación y apuntes educativos. Educación y futuro: **Revista de Investigación Aplicada y experiencias educativas**. n. 8, 4/2003, p. 9 -26.

SAMPEDRO, Victor, LLERA, Mar (eds.). **Interculturalidad: interpretar, gestionar y comunicar**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2003.